

# A NOTÍCIA E AS REFERÊNCIAS DE OBJETIVIDADE E INTERSUBJETIVIDADE: ambiguidade e contradição na ideologia do profissionalismo jornalístico

## THE NEWS AND THE OBJECTIVITY AND INTERSUBJECTIVITY REFERENCES: ambiguity and contradiction in the ideology of journalistic professionalism

Heitor Costa Lima da ROCHA<sup>1</sup>  
Universidade Federal de Pernambuco | Brasil

### Resumo

Este artigo pretende contribuir com o aprofundamento, no estado da arte dos estudos de jornalismo, da controversa questão deontológica da referência à objetividade ou à intersubjetividade na produção da notícia, considerando, especialmente, os fundamentos epistemológicos da polêmica sobre a ideologia do profissionalismo jornalístico. A análise identifica o problema do jornalismo objetivista, conformado pela epistemologia positivista, de distinguir no jornalismo fato de opinião para impor a interpretação da ideologia dominante como sendo a própria realidade, comprometendo a autonomia relativa do jornalista e o pluralismo no debate público ao excluir todas as demais interpretações existentes na sociedade.

### Palavras-chave

Discurso jornalístico. Estudos do discurso. Pesquisa em jornalismo.

### Abstract

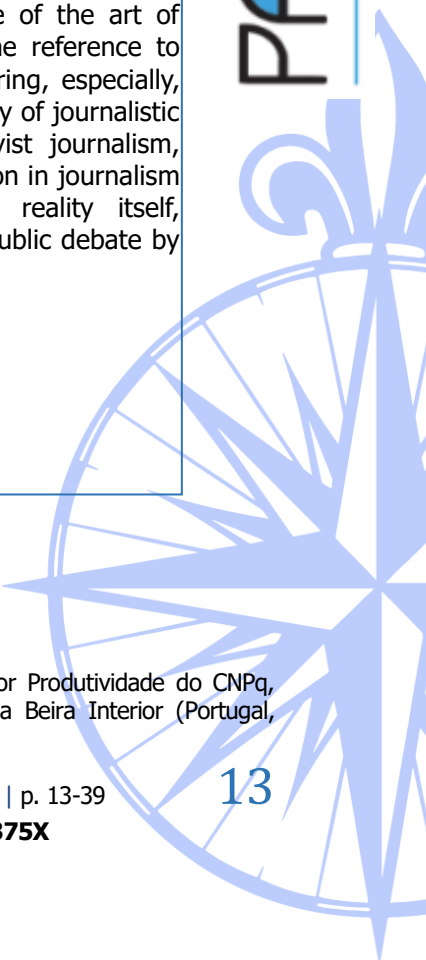
This article intends to contribute to the deepening, in the state of the art of journalism studies, of the controversial deontological issue of the reference to objectivity or intersubjectivity in the production of news, considering, especially, the epistemological foundations of the controversy over the ideology of journalistic professionalism. The analysis identifies the problem of objectivist journalism, shaped by positivist epistemology, of distinguishing fact from opinion in journalism to impose the interpretation of the dominant ideology as reality itself, compromising the journalist's relative autonomy and pluralism in public debate by excluding all other interpretations existing in society.

### Keywords

Journalistic discourse. Discourse studies. Journalism research.

RECEBIDO EM 09 DE SET. DE 2021  
ACEITO EM 15 DE DEZ. DE 2021

<sup>1</sup> Professor Associado da Universidade Federal de Pernambuco, Pesquisador Produtividade do CNPq, Doutor em Sociologia pela UFPE (2004), Pós-Doutor pela Universidade da Beira Interior (Portugal, 2015). Contato: heitor.rocha@ufpe.br.



## Introdução

**S**ubjacente à questão epistemológica da referência jornalística para conhecimento da realidade – nas perspectivas positivista da teoria da verdade como correspondência, pressuposta no conceito de objetividade, e da teoria consensual da verdade, fundada no conceito construtivista de intersubjetividade - e do adequado, ética e ideologicamente, relato a ser construído pela notícia, figura como desafio para o aprofundamento da teoria do jornalismo uma compreensão consistentemente justificada dos papéis a serem desempenhados pelo jornalista, com sua aspiração de autonomia e responsabilidade social, pela organização empresarial e sua política editorial, com as motivações do lucro e influência política, e pelo público cuja autoridade constitui a base da concepção republicana de democracia e seus princípios de soberania popular e auto-organização da sociedade.

Neste contexto, pode-se verificar na literatura referente ao estado da arte nos estudos do jornalismo a ausência de uma discussão aprofundada e sistemática sobre o conflito de interesses ideológicos existente nos veículos de comunicação entre, de um lado, os controladores das ações do investimento de capital no “negócio das notícias” e seus dirigentes de confiança, e, por outro, os jornalistas funcionários nestas organizações empresariais. Assim, algumas questões encontram-se, de forma quase generalizada, sistematicamente esquecidas ou mesmo ocultadas nos estudos em Jornalismo: a divisão social do trabalho na instituição jornalística entre os proprietários e seus dirigentes de confiança, por um lado, e os jornalistas empregados, por outro, com a contradição ideológica de interesses entre estas duas partes (1); a responsabilidade pela definição dos conteúdos como sendo responsabilidade maior ou quase exclusiva dos controladores

## A NOTÍCIA E AS REFERÊNCIAS DE OBJETIVIDADE E INTERSUBJETIVIDADE

acionários dos veículos e seus dirigentes e não dos jornalistas como se costuma acreditar (2); e a eventualidade do público exercer autoridade para obrigar os veículos a se alinharem com os interesses da coletividade e o bem comum (3).

A maneira completamente irrefletida ou acrítica com que são tratadas estas questões, estigmatizando as denúncias de manipulação do grande capital, que monopoliza a propriedade da mídia convencional, sobre a produção de notícias como sendo resultado de teorias conspiratórias, é uma postura quase padrão no estado da arte da área, com exceção de poucos autores. Este posicionamento se enquadra no que podemos denominar de um **"tabu ideológico"**, pela proibição a que condena o assunto, a exemplo do que acontece com o que Warren Breed (2016) denomina de **"tabu ético"**, o esforço que os donos de veículos e os seus dirigentes fazem para dissimular a disposição de obrigar os jornalistas funcionários/empregados e se conformarem nos limites da política editorial da organização empresarial.

Segundo Warren Breed, este tabu tem uma significação ética porque está baseado na ameaça de que transpareça para a sociedade e a opinião pública que a direção do veículo censura e oprime os jornalistas para enquadrá-los nos seus pontos de vista, o que acarreta a perda de credibilidade do veículo por atentar contra a norma ética da compreensão compartilhada socialmente de que os meios de comunicação devem defender exclusivamente os interesses da coletividade e não interesses particulares dos grupos que controlam o aparelho de Estado e as corporações do mercado. Esta norma ética é reconhecida pelo público e assumida publicamente pelos veículos como o compromisso exclusivo com a verdade (autocompreensão normativa dos meios de comunicação).

A contradição existente na instituição jornalística (veículos noticiosos privados ou públicos) entre proprietários/dirigentes x jornalistas é, de forma quase unânime, ignorada pela grande maioria dos estudiosos, com poucas

Heitor Costa Lima da ROCHA

exceções como Warren Breed, John Soloski, Herbert Gans e poucos outros, e atinge até autores como Stuart Hall (2016) e outros da Universidade de Birmingham, que reconhecem que o jornalista, em geral, não é o definidor primário do enquadramento da notícia, mas sim as fontes oficiais da estrutura de poder, não vislumbrando, porém, a possibilidade de o jornalista agir na produção noticiosa, como concebe Chaparro (1994), de forma consciente, voluntária e deliberadamente contra-hegemônica quando articula a periferia como iniciativa externa à estrutura de poder. Fundamentado na filosofia pragmática da comunicação, Chaparro (1994, p. 22) salienta que, como todo enunciado é a execução de uma ação social,

“(1) o jornalismo é um processo social de ações conscientes, controladas ou controláveis – portanto, fazeres combinados com intenções. (2) Porque as ações são conscientes, controláveis e intencionadas, cada jornalista é responsável moral pelos seus afazeres. (3) Se uma intenção se refere unicamente à execução de um fazer, então as intenções dos fazeres jornalísticos estão necessariamente vinculados aos motivos éticos próprios do jornalismo”.

Por isso, Chaparro (1994, p. 22) afirma que “a âncora ética do jornalismo, da qual deriva a responsabilidade moral de cada jornalista pelo seu fazer, é o direito individual e universal de investigar, receber e difundir informações e opiniões”. E, assim, o pensador português destaca que, nos processos sociais,

o jornalismo é o elo que cria e mantém as mediações viabilizadoras do direito à informação. Eis aí o vínculo com o princípio ético universal que deve orientar a moral das ações jornalísticas e em função do qual o jornalista assume a responsabilidade consciente pelos seus afazeres profissionais (CHAPARRO, 1994, p. 23).

## A NOTÍCIA E AS REFERÊNCIAS DE OBJETIVIDADE E INTERUBJETIVIDADE

Neste sentido, diferentemente da concepção epistemológica positivista da objetividade como distinção entre fato e opinião, redutora do estatuto e completamente repressora do papel do jornalista, prescreve que

Sob o ponto de vista ético, a intencionalidade jornalística precisa do *porquê* (motivo), não do *para quê* (propósito). Conectada aos motivos éticos, a intenção controla a utilização das técnicas, inspira a curiosidade, ativa a compreensão, gera critérios valorativos para a apuração, depuração e ordenação das informações e opiniões recolhidas. E dá direção à sensibilidade criativa, na elaboração do relato veraz (CHAPARRO, 1994, p. 120-121).

No entanto, para exemplificação do limite da ação consciente do jornalista na definição dos critérios valorativos de sua apuração, adverte que a expansão da ação comunicativa está na esfera dos interesses do receptor, uma vez que o profissional precisa distinguir a autoridade do público de sua função, pois “denunciar à sociedade o comportamento corrupto e imoral de um presidente da República é dever do jornalismo e do jornalista; derrubá-lo é prerrogativa do povo organizado” (CHAPARRO, 1994, p. 121).

### **As epistemologias positivista da objetividade e construtivista da intersubjetividade**

Na descrição da epistemologia positivista da objetividade, Josenildo Guerra (2008) observa que a objetividade está baseada no reconhecimento pelos jornalistas e a sociedade do *fato real* como objeto da notícia e que abrir mão do conceito significaria abrir mão dos compromissos dele decorrentes, especialmente o dever com a verdade. No entanto, o pesquisador reconhece que a reflexão sobre o problema da objetividade no jornalismo avançou muito pouco.

Segundo Guerra (2008, p. 39), o conhecimento do jornalismo como prática social de mediação toma, portanto, o “*fato real*” como objeto, e a notícia, por consequência, será verdadeira se fiel a ele: “verdade é

Heitor Costa Lima da ROCHA

objetividade, a correspondência entre o que é dito na notícia e o fato noticiado, (...) o jornalista deve produzir seu relato a partir das características do fato, constatadas com base nos parâmetros estabelecidos pela realidade que lhe é própria”.

A objetividade que interessa neste trabalho é aquela que se refere à propriedade que possibilita o conhecimento e o discurso produzidos pelo jornalista serem fiéis ao fato. (...) Significa a correspondência entre o dito pela notícia e o fato real noticiado. É o conceito de verdade, no realismo, fundado sobre o primado do fato, estável, absoluto e disponível, que deve ser conhecido especularmente. (...) objetividade é a qualidade do que é objetivo, objetivo qualifica algo que é relativo ao objeto, objeto é tudo o que é apreendido pelo conhecimento, que não é o sujeito do conhecimento. (...) Em consequência, a notícia objetiva é aquela que é relativa ao fato, ou seja, à realidade que é própria do fato, sem a influência do repórter, o sujeito do conhecimento no jornalismo (GUERRA, 2008, p. 42).

A concepção de objetividade na perspectiva positivista da teoria da correspondência entre a representação e a própria realidade tem a sua propriedade contestada por Eduardo Meditsch (2001), considerando-a um fator de reificação da realidade.

A mais imediata consequência do princípio de realidade orientado pela submissão aos fatos é a aceitação da fatalidade destes. O que é *objetivo*, por definição, situa-se fora do âmbito dos sujeitos; os *dados* da realidade estando lançados, só resta adequar-se a eles. Na percepção dos fatos assim considerados como objetivos, *verdade* e *realidade* não apenas se relacionam por adequação, mas também por identidade: passam a ser uma coisa só. Daí em diante, os fatos ganham vida própria, tornam-se *reificados* (MEDITSCH, 2001, p. 4).

Neste sentido, depois de considerar que o critério de verdade da objetividade é que embasa a reificação dos fatos pela realidade, Meditsch (2001, p. 5) observa que, quando se concebe os fatos como a própria realidade, é possível imaginar que só resta ao jornalista “descrevê-los de

## A NOTÍCIA E AS REFERÊNCIAS DE OBJETIVIDADE E INTERSUBJETIVIDADE

maneira objetiva, anulando toda a intervenção do sujeito no resultado de sua descrição. Esta pretensão, que sustenta o ideal de objetividade no jornalismo, revela-se falaciosa quando se constata que a não-intervenção não passa de uma ilusão”.

Segundo Meditsch, a partir da teoria da argumentação, percebe-se a necessidade de fazer a intersubjetividade substituir a objetividade como critério de aferição de verdade, uma vez que a intersubjetividade é o parâmetro lógico que estabelece e ao mesmo tempo limita a relatividade de todo o conhecimento.

Ao contrário da objetividade, porém, o parâmetro da intersubjetividade não é fixo nem arbitrário. Existem diversos níveis de intersubjetividade - diversos auditórios - que estabelecem diversos parâmetros de validade (como a ideologia, a cultura), alguns mais universais que outros. Em cada auditório, podem coexistir diversos campos de validação de argumentos cujos critérios eventualmente se contradigam (o filosófico e o religioso, as diferentes disciplinas científicas). E tanto estes auditórios quanto estes campos variam no espaço e no tempo, são construções não apenas sociais mas também históricas (MEDITSCH, 2001, p. 9).

Ao tomar o discurso, enquanto uso da linguagem, como forma de interação social, Meditsch observa que a consideração da intersubjetividade propõe uma alteração nos critérios de aferição de verdade no conhecimento: desloca este critério tanto da objetividade ideal quanto da subjetividade, recolocando-o na prática de um mundo interpessoal de interações públicas.

No campo epistemológico, esta concepção dominante do real e do verdadeiro se expressa através de diversas escolas de pensamento cujo ponto de contato são categorias desenvolvidas no âmbito da tradição *positivista*. Da filosofia revolucionária de Saint-Simon que influenciou a obra de Karl Marx, à doutrina conservadora de Auguste Comte que punha freio aos sonhos do proletariado, da visão contestada do funcionalismo nas ciências sociais, à sofisticação teórica do Círculo de Viena, o triunfo do "terceiro estágio intelectual da humanidade" pode ser constatado em todos os campos do saber nos últimos duzentos anos, e na medida mesmo em que o capitalismo se transforma em fenômeno social total, torna-se o principal pilar da ideologia dominante, como filosofia prática que orienta o princípio de realidade dos indivíduos (MEDITSCH, 2001, p.4).

Heitor Costa Lima da **ROCHA**

Nas sociedades ocidentais contemporâneas, na análise de Meditsch (2001, p.3), é possível identificar uma concepção do que é real e verdadeiro fortemente estabelecida, propondo que a realidade é material e constatada através da evidência dos fatos que a compõem, o que implica no entendimento de que o discurso verdadeiro é o que se adequa e não contradiz os fatos da realidade, pois “fatos são observações empiricamente verificáveis, e com fatos não se discute”.

Esta concepção não apenas guia a prática cotidiana do homem comum, como inspira o ideal de objetividade presente tanto na prática dos jornalistas como na dos cientistas - que não são exatamente a mesma. A versatilidade que permite esta abrangência de aplicações práticas, possibilitou também diversos níveis de construção teórica que ajudam a sustentar a concepção: do intuitivo bom senso na vivência cotidiana, passando pelos manuais técnicos de jornalismo, até chegar a elaborados tratados de metodologia da ciência (MEDITSCH, 2001, p. 3-4).

No mesmo sentido, também constata Bakhtin (2006, p. 16-17), que “persiste ainda a concepção positivista do empirismo, que se inclina diante do “fato”, entendido não dialeticamente, mas como algo intangível e imutável.”

A precariedade do paradigma positivista para explicar a realidade e seu conhecimento, conforme argumento categórico do pesquisador, fica evidente quando se constata que

os fatos não são uma realidade exclusivamente objetiva, eles próprios são construções humanas e, como tal, têm um componente subjetivo inseparável. Os fatos referem-se à realidade e, uma vez objetivados, pertencem à realidade, mas não são a realidade mesma. Antes, são um fenômeno circunscrito à prática do conhecimento (MEDITSCH, 2001, p. 8).

Com a preocupação sobre as mudanças ocorridas na epistemologia, Guerra reconhece que os fundamentos teóricos das técnicas e normas éticas, construídas pela tradição jornalística nos últimos duzentos anos, precisam ser aperfeiçoados, para que seja enfrentado o desafio de aprofundar a



## A NOTÍCIA E AS REFERÊNCIAS DE OBJETIVIDADE E INTERUBJETIVIDADE

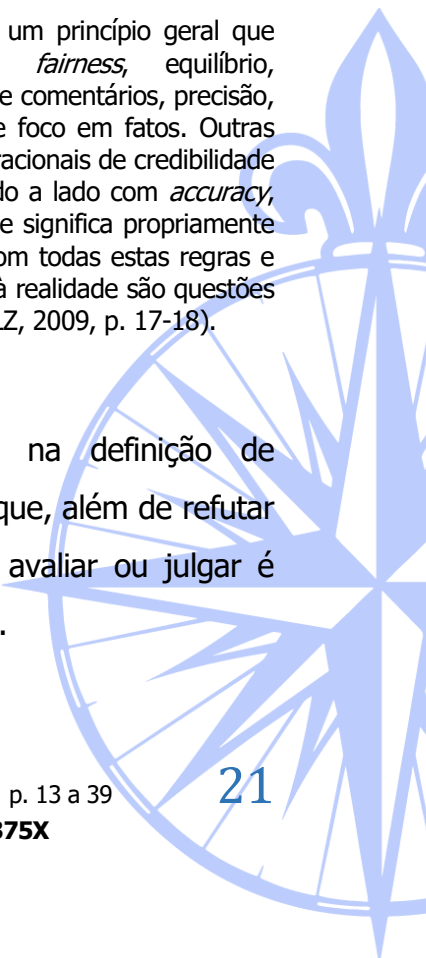
compreensão do jornalismo como atividade mediadora. No entanto, esta mediação não pode ser concebida de forma fetichizada entre os fatos em si e os indivíduos, pois, então, os “fatos reais” como dados puros da própria realidade teriam que ser imaginados como acessíveis magicamente à compreensão dos jornalistas, para depois serem transmitidos aos indivíduos.

Desde Karl Popper, na década de 1950, a presunção positivista da teoria da verdade como correspondência perfeita entre a representação e a realidade foi categoricamente refutada. O verificacionismo deu lugar ao falsificacionismo. O conhecimento completo, perfeito, portanto não passível de revisão, foi substituído pela maior probabilidade de verdade conseguida pelas proposições científicas que resistissem ao conjunto de testes de falsificação/refutação existentes.

Depois de constatar a confusão que envolve o significado de objetividade, Liriam Sponholz (2009) registra que as pesquisas científicas em comunicação assumem frequentemente a imprecisão, a ambiguidade e contradição que envolve este conceito.

Às vezes objetividade é entendida como um princípio geral que reúne as regras de abrangência, *fairness*, equilíbrio, independência, (...) separação de notícias e comentários, precisão, imparcialidade, veracidade, neutralidade e foco em fatos. Outras vezes, como nos casos das definições operacionais de credibilidade em estudos empíricos (...), é colocada lado a lado com *accuracy*, abrangência, “não ser tendencioso”. O que significa propriamente objetividade, o que deve ser alcançado com todas estas regras e qual a relação entre estas e a adequação à realidade são questões que permanecem sem resposta (SPONHOLZ, 2009, p. 17-18).

Com o intuito de esclarecer esta confusão na definição de objetividade, ela se reporta a Karl Popper para destacar que, além de refutar o verificacionismo, o pensador austríaco assegura que avaliar ou julgar é uma característica inerente ao processo de conhecimento.



Heitor Costa Lima da ROCHA

Nós não podemos roubar a parcialidade do cientista sem roubar a sua humanidade. De maneira bem parecida, nós também não podemos proibir ou destruir os seus julgamentos. (...) O cientista objetivo e sem valores não é o cientista social. Sem paixão, não funciona, e na ciência pura não funciona mesmo (POPPER apud SPINHOLZ, 2009, p. 172)

Neste sentido, Sponholz relata que Popper define “objetividade” consequentemente como intersubjetividade. Com muito mais relevância social, pode-se entender também a relação do jornalista com o seu direito de emitir juízo de valor sobre os acontecimentos que apura e investiga, de maneira a permitir a formação de consenso intersubjetivo sobre a realidade pela comunidade de comunicação, ou seja, pelo seu público, instância máxima de validação dos significados e conhecimentos.

Para salientar a pertinência de sua reflexão, Sponholz assegura que a falta de juízo de valor não produz uma aproximação maior da realidade e, assim, não se pode exigir liberdade de juízos de valor do sujeito em um processo de conhecimento. A consequência desta linha de raciocínio seguida por Sponholz a partir de Popper leva ao problema do malefício do mito da objetividade no trabalho jornalístico, onde a avaloratividade objetivista funciona como ideologia epistêmica (PIAGET; GARCIA, 2011) e camisa de força para desautorizar a autoria do jornalista e a dimensão maior da função social do Jornalismo.

Neste contexto, foi sendo elaborado o paradigma construtivista, com a sua teoria consensual da verdade, na qual a concepção de mediação passa a ser adequadamente utilizada para indicar a relação entre as diversas interpretações intersubjetivas dos investigadores científicos que compõem a comunidade de comunicação, cujo consenso tem a capacidade de definir as

## A NOTÍCIA E AS REFERÊNCIAS DE OBJETIVIDADE E INTERUBJETIVIDADE

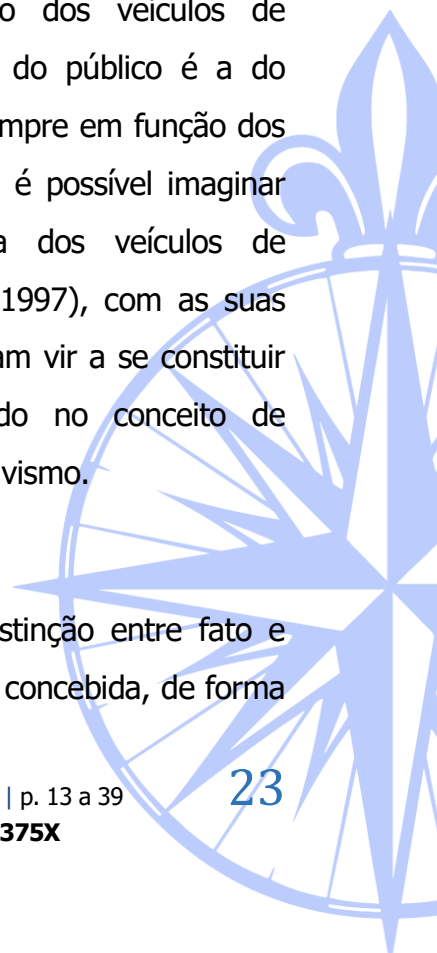
noções de verdade, razão/lógica, legitimidade e justiça, como algo provisório e sempre passível de revisão pelos integrantes deste colegiado.

Assim, liberto da exigência do conhecimento perfeito com acesso à verdade absoluta, a verdade passa a ser um conceito para definição da noção de realidade das pessoas elaborado através da discussão pública articulada e mediada pelo jornalismo. Pode-se identificar, inclusive, uma contradição entre a prescrição ética de apresentação pelo jornalismo da diversidade significativa de versões/interpretações existentes na sociedade em relação à ideia da possibilidade de acesso direto ao fato real, puro e absoluto da realidade, pois nesse caso não há espaço para o pluralismo defendido pela deontologia com a necessidade de atendimento da outra parte.

Por conseguinte, o imperativo ético do jornalismo não pode ser fundamentado num acesso metafísico à verdade absoluta da realidade social através de uma objetividade mitificada que teria a autoridade de validar o conhecimento perfeito, uma vez que a compreensão normativa (como imperativo ético) que deve reger o funcionamento dos veículos de comunicação noticiosos e é cobrada pela autoridade do público é a do compromisso com a discussão ética de se posicionar sempre em função dos interesses coletivos e do bem comum. Desta maneira, é possível imaginar que os conceitos de auto-compreensão normativa dos veículos de comunicação e a autoridade do público (HABERMAS, 1997), com as suas normas éticas e novas técnicas de procedimento, possam vir a se constituir no caminho alternativo para suprir o vazio deixado no conceito de objetividade pela crítica que lhe foi dirigida pelo construtivismo.

### A hegemonia e a mudança social

Ao pretender se autovalidar e justificar pela distinção entre fato e opinião, na qual interpretação da ideologia dominante é concebida, de forma



Heitor Costa Lima da ROCHA

reificada, como a própria realidade, a perspectiva do jornalismo tradicional objetivista se coloca comprometido, completamente, com a reprodução da ordem institucional estabelecida, ficando impossível conceber uma ação do jornalista capaz de contribuir para a transformação da realidade social, como vislumbra Antonio Gramsci (1979) no seu conceito de “jornalismo integral” em que os indivíduos que compõem o público são considerados capazes de se transformar filosófica e ideologicamente.

Com a superação da noção estigmatizada atribuída pelas elites à capacidade intelectual das classes subalternas, Antonio Gramsci vislumbra a possibilidade das pessoas vivenciarem um processo de aprendizagem e conscientização que evidencia a necessidade de um “jornalismo integral”, que “não somente pretende satisfazer todas as necessidades (...) de seu público, mas pretende também criar e desenvolver estas necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, criar seu público e ampliar progressivamente sua área” (ROCHA; CORREIA; TELLERÍA, 2017, p. 156).

Na abordagem construtivista o conceito de “fato” passa por uma transformação significativa, uma vez que, como argumenta Habermas (2001), fato deixa de ser um dado puro da realidade, servindo para marcar, rigidamente, a fronteira com o juízo de valor, a opinião, para se torna apenas uma fundamentação sobre a realidade aceita consensualmente.

Aquilo que justificadamente podemos afirmar o chamamos de um fato. Um fato é aquilo que faz verdadeiro a um enunciado; daí que digamos que os enunciados refletem, descrevem, expressam, etc., fatos. Ao contrário, as coisas e eventos, as pessoas e suas manifestações, quer dizer, os objetos da experiência são aquilo acerca do que fazemos afirmações ou do que enunciamos algo: aquilo que afirmamos dos objetos é um fato quando tal afirmação está justificada. Os fatos têm, pois, um status distinto dos objetos. (...) Com os objetos faço experiências, com os fatos os afirmo; não posso experimentar fatos nem afirmar objetos (ou experiências com os objetos) (HABERMAS, 2001, p. 117, tradução nossa).

## A NOTÍCIA E AS REFERÊNCIAS DE OBJETIVIDADE E INTERUBJETIVIDADE

Assim, para o construtivismo, o fato é resultado de uma objetivação humana, produzida historicamente. Portanto, a notícia jamais apreende o fato em si mesmo, mas a aparência de como foi objetivado por determinadas forças sociais. Com esta compreensão, Antônio de Barros e Rogério Junqueira (2005, p. 33) também reconhecem que os fatos não existem por si mesmos, em um estado bruto, pois só se evidenciam “a partir de nossa observação. E toda observação é orientada por um conjunto de representações e de esquemas, por intermédio dos quais os seres humanos percebem, interpretam, classificam, dividem, compreendem os fenômenos que têm diante de si”.

A controvérsia sobre a validação das definições que se atribuem à realidade é uma questão central para o jornalismo, pois é a partir dela que se expressa a confiança do público e a credibilidade do jornalismo, o que demonstra o incessante empenho da sociedade para preservar a compreensão normativa do funcionamento dos veículos de comunicação noticiosos com o compromisso inalienável de satisfazer o interesse coletivo e a autoridade do público, que pode ser compreendido, assim, como imperativo ético fundante do jornalismo.

Diante desta possibilidade auspiciosa de mudança social, como vislumbram alguns autores, Stuart Hall (2016, p 340) acusa a atribuição de intencionalidade ao jornalista de incorrer em teoria conspiratória, invocando a posição marxista estrutural de Louis Althusser para considerar que o alinhamento aos interesses da estrutura de poder na instituição jornalística se dá “involuntariamente e através das suas próprias vias ‘autônomas’”. A adesão ao projeto dominante da estrutura de poder pelos jornalistas, assim, é vista como completamente inconsciente devido à influência da ideologia capitalista burguesa.

Desta maneira, a despeito da denúncia da primazia das fontes oficiais da burocracia do aparelho de estado e das corporações do mercado na

Heitor Costa Lima da ROCHA

definição das notícias, Hall não concebe o conflito de interesses existente dentro das organizações empresariais de mídia noticiosa entre os seus controladores acionários e seus dirigentes, ao lado dos posicionamentos favoráveis à preservação do *status quo*, e os jornalistas funcionários/empregados, em geral, identificados com as demandas progressistas e os interesses da maioria da sociedade.

Na compreensão deste embate, a reflexão de John Soloski é estrategicamente relevante para evidenciar como a ideologia do profissionalismo jornalístico, como autocensura, complementa a censura direta da política editorial dos veículos, dissimulando os posicionamentos da maquinaria de controle simbólico do sistema como algo a que os profissionais aderem espontaneamente.

A ideologia do profissionalismo é um método eficiente e econômico através do qual as organizações jornalísticas controlam o comportamento dos repórteres e editores. Mas as organizações jornalísticas (ou nesse caso qualquer empresa comercial) não podem confiar em normas profissionais para controlar o comportamento dos seus profissionais; a fim de limitar mais o comportamento discricionário dos jornalistas, as organizações jornalísticas têm desenvolvido regras – políticas editoriais. As organizações jornalísticas confiam na interação do profissionalismo e das políticas editoriais para controlar o comportamento dos jornalistas (SOLOSKI, 2016, p. 133-134).

Como toda linguagem, pela permanente incompletude de seu processo de semiose (ROCHA, ALVES, 2020), não pode deixar de desafiar a negociação de significados idênticos para atingir o entendimento através da comunicação, coloca-se como incontornável a condição ambígua e contraditória do discurso ideológico para se tornar dominante no processo de hegemonização concebido por Antonio Gramsci (1978), ao ter que articular, evidentemente de forma secundária e subordinada, elementos da ideologia

## A NOTÍCIA E AS REFERÊNCIAS DE OBJETIVIDADE E INTERUBJETIVIDADE

das classes e grupos desfavorecidos, para viabilizar a adesão desses setores sociais ao seu projeto hegemônico.

Neste sentido, é pertinente aplicação dessa característica imprescindível para hegemonização do discurso ideológico, na análise da ideologia do profissionalismo jornalístico, na qual pode ser reconhecido um núcleo duro da epistemologia positivista da objetividade com o mito da separação entre fato e juízo de valor/opinião. A concepção epistemológica do fato puro, absoluto, e seu conhecimento como pré-existente ao esforço cognitivo do jornalista para interpretar a realidade, não autoriza qualquer possibilidade de compreensão diversa daquela apresentada como unívoca e de inquestionável facticidade. Assim, é razoável inferir que os componentes de imparcialidade, neutralidade e “*fairness*” foram agregados à ideologia do profissionalismo jornalístico por pressão dos jornalistas e do público buscando garantir alguma diversidade nos enquadramentos das notícias além da versão dominante.

Nesta engenharia ideológica, no entanto, Soloski observa a ambiguidade e contradição na ideologia do profissionalismo jornalístico, apontando situações em que os jornalistas invocam a ideologia do profissionalismo jornalístico para se contrapor – podemos considerar de forma mais abrangente – não só às metas comerciais, mas também aos posicionamentos político-ideológicos dominantes.

Os objetivos e os procedimentos das organizações comerciais burocráticas levarão inevitavelmente ao conflito com os objetivos e os procedimentos dos seus profissionais. A fidelidade dos profissionais às normas ontológicas leva-os a entrar em conflito com intuítos lucrativos da organização comercial. (...) a ideologia do capitalismo e a ideologia do profissionalismo não são compatíveis. Aparentemente, a ideologia do profissionalismo tem fortes componentes antilucro e antimercado que estão manifestos na ideia do serviço para a sociedade. O custo não é visto como sendo um fator determinante na distribuição dos serviços profissionais (SOLOSKI, 2016, p. 137).

Heitor Costa Lima da ROCHA

O aprofundamento do estado da arte no estudo do jornalismo neste problema de difícil solução quanto à determinação da definição da interpretação sobre a realidade, na instituição jornalística (e dentro destas na margem de manobra e autonomia relativa dos jornalistas diretamente diante da política editorial, mas também indiretamente no contexto ambíguo da ideologia do profissionalismo jornalístico), necessariamente, implica desde a revisão dos fundamentos epistemológicos dos paradigmas científicos, da concepção das metodologias adequadas para investigação das questões relativas à comunicação e ao jornalismo até a aplicação dos pressupostos epistemológicos e metodológicos na avaliação da realidade empírica.

## **Determinação da estrutura e autonomia relativa dos jornalistas**

Neste contexto, configura-se uma falsa polarização entre a concepção do funcionalismo estrutural norte-americano de que o jornalista seria o responsável exclusivo na definição do enquadramento da notícia trabalhando em situação de liberdade absoluta, por um lado, e de outro a concepção marxista mecânica (HALL) que percebe a ação do jornalista completamente determinada pela ideologia capitalista/burguesa, de acordo com a visão marxista estruturalista de Louis Althusser. Postura esta que pode ser identificada com o que Bakhtin denomina de materialismo pré-dialético, caracterizando uma perspectiva científica dominada pela categoria da causalidade mecanicista.

Sempre que se coloca a questão de saber como a infraestrutura determina a ideologia, encontramos a seguinte resposta que, embora justa, mostra-se por demais genérica e por isso ambígua: "a causalidade". Se for necessário entender por causalidade a mecanicista, como tem sido entendida até hoje pela corrente positivista da escola naturalista, então uma tal resposta se revela radicalmente mentirosa e contraditória com os próprios fundamentos do materialismo dialético (BAKHTIN, 2006, p. 39).



## A NOTÍCIA E AS REFERÊNCIAS DE OBJETIVIDADE E INTERUBJETIVIDADE

No intuito de esclarecer como a infraestrutura determina o signo e como o signo reflete e refrata a realidade em transformação, Bakhtin (2006, p.40) afirma que “as palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios”, como “indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados”.

Por conta do caráter ideológico que a envolve, Bakhtin (2006, p. 41) salienta que, como todo processo de semiose de atribuição de significado, a palavra é o meio de se produzir acumulações quantitativas de mudanças, lentas e que ainda não tiveram tempo de adquirir uma nova conformação ideológica, “que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova e acabada. A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais”.

Por outro lado, Bakhtin reconhece que, embora haja espaço para a luta ideológica pela mudança social, não reconhecida por Hall na linha “marxista pré-dialética” de Louis Althusser, a classe dominante respalda-se no enfoque do jornalismo objetivista para impor uma interpretação monológica da realidade e reprimir o pluralismo necessário à vida democrática.

O ser, refletido no signo, não apenas nele se reflete, mas também se refrata. O que é que determina esta refração do ser no signo ideológico? O confronto de interesses sociais nos limites de uma só e mesma comunidade semiótica, ou seja: a luta de classes. Classe social e comunidade semiótica não se confundem. Pelo segundo termo entendemos a comunidade que utiliza um único e mesmo código ideológico de comunicação. Assim, classes sociais diferentes servem-se de uma só e mesma língua. Consequentemente, em todo signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios. O signo se torna arena onde se desenvolve a luta de classes. Esta pluralidade social do signo ideológico é um traço da maior importância. Na verdade, é este entrecruzamento dos índices de valor que torna o signo vivo e

Heitor Costa Lima da ROCHA

móvel, capaz de evoluir. (...) Mas aquilo mesmo que torna o signo ideológico vivo e dinâmico faz dele um instrumento de refração e de deformação do ser. A classe dominante tende a conferir ao signo ideológico um caráter intangível e acima das diferenças de classe, a fim de abafar ou de ocultar a luta dos índices sociais de valor que aí se trava, a fim de tornar o signo monovalente (BAKHTIN, 2006, p. 47).

Assim, após lamentar que a perspectiva de mudança social só se revela inteiramente nos momentos de crise social, o pensador russo chama a atenção para a contingência de que, normalmente, nas situações cotidianas, a contradição entre a reprodução da realidade ou a sua transformação é ocultada pela ideologia dominante.

Nas condições habituais da vida social, esta contradição oculta em todo signo ideológico não se mostra à descoberta porque, na ideologia dominante estabelecida, o signo ideológico é sempre um pouco reacionário e tenta, por assim dizer, estabilizar o estágio anterior da corrente dialética da evolução social e valorizar a verdade de ontem como sendo válida hoje em dia. Donde o caráter refratário e deformador do signo ideológico nos limites da ideologia dominante (BAKHTIN, 2006, p. 47).

Neste contexto, refém da perspectiva da polarização das posições dicotômicas extremas de liberdade absoluta do jornalista na definição da notícia (gatekeeper) ou de sobredeterminação total do jornalista assujeitado à ideologia dominante, Nelson Traquina (2005) não reconhece em nenhum momento a possibilidade de se configurar na instituição jornalística a maquinaria ideológica da dominação hegemônica da estrutura de poder político e econômico, o que é ocultado com a descrição exclusiva da ideologia como "o polo positivo em que a ideologia profissional que se tem desenvolvido ao longo do tempo define o jornalismo como um serviço público que fornece aos cidadãos a informação de que precisam para votar e participar na democracia".

## A NOTÍCIA E AS REFERÊNCIAS DE OBJETIVIDADE E INTERUBJETIVIDADE

Dessa maneira, a ideologia não é concebida no “polo negativo do campo jornalístico (que) é o polo econômico, que associa o jornalismo ao (...) sensacionalismo, em que o principal intuito é vender o jornal/telejornal como um produto (...), esquecendo valores associados à ideologia profissional” (TRAQUINA, 2005, p. 27-28). Portanto, a prevalência da lógica comercial, com o fetichismo da mercadoria e a resultante alienação, não teria nenhum significado ideológico, incorrendo na noção capitalista de que a economia é desonerada de implicações éticas e ideológicas. Para Traquina, a notícia é uma construção social “resultado de inúmeras interações entre diversos agentes sociais que pretendem mobilizar as notícias como um recurso social em prol de suas estratégias de comunicação. Nessa visão agonística característica do funcionalismo estrutural, inexistem desigualdades estruturais (de classe, gênero, etnia, etc) entre os agentes sociais, aparentemente todos concorrendo com as suas estratégias de comunicação em situação de efetiva igualdade “olímpica”, conforme a visão da mercantilização da sociedade e, conseqüentemente, do campo jornalístico.

Assim, Traquina alinha-se com a concepção de liberdade absoluta e responsabilidade exclusiva do jornalista na produção da notícia, mas, quando se depara com a denúncia de Stuart Hall de que os definidores primários da notícia são as fontes oficiais e autoridades da estrutura de poder, adere ao argumento de que isso se dá de forma involuntária, não deliberada, de acordo com a perspectiva da determinação absoluta do marxismo economicista, para acusar de teorias conspiratórias outras interpretações que identificam uma ação consciente dos jornalistas na articulação da discussão pública para deliberação democrática ou autoritária, conforme no caso prevaleça o interesse público ou dos grupos de poder.

## A autoria humana da realidade social e o jornalismo multiperspectivas

Heitor Costa Lima da ROCHA

Na fundamentação de sua concepção dialética da ideologia hegemônica como sendo dependente de um “equilíbrio instável” sempre necessitando da validação do consenso da comunidade de comunicação, Antonio Gramsci (1978, p. 69) questiona como ideológica a postura científica tradicional que considera “objetiva aquela realidade que é verificada por todos os homens, que é independente de todo ponto de vista que seja puramente particular ou de grupo”.

O senso comum afirma a objetividade do real na medida em que a realidade, o mundo, foi criado por deus independentemente do homem; ela é, portanto, expressão da concepção mitológica do mundo; senso comum, ademais, ao descrever esta objetividade, incide nos erros mais grosseiros (...), não sabendo estabelecer os nexos reais de causa e efeito, etc., isto é, ele afirma ser “objetiva” uma certa “subjetividade” anacrônica, já que nem sequer pode conceber a possibilidade de existência de uma concepção subjetiva do mundo, bem como o que ela queira ou possa significar”. Mas tudo isso que a ciência afirma é “objetivamente” verdadeiro? De modo definitivo? Se as verdades científicas fossem definitivas, a ciência teria deixado de existir como tal, como investigação, como novas experiências, reduzindo-se a atividade científica à repetição do que já foi descoberto. O que não é verdade, para felicidade da ciência. Mas se nem mesmo as verdades científicas são definitivas e peremptórias, também a ciência é uma categoria histórica, um movimento em contínua evolução (GRAMSCI, 1978, p. 69-70).

No pensamento de Gramsci, o que interessa à ciência é como o homem elabora seus métodos de pesquisa, retificando continuamente os seus instrumentos materiais e lógicos de discriminação e de verificação, a cultura, a concepção do mundo, a relação entre o homem e a realidade mediada pela tecnologia. Portanto, segundo o pensador italiano, se constitui em paradoxo a ciência buscar a realidade fora dos homens, num sentido religioso ou metafísico, perguntando-se o que seria a realidade do universo sem o homem. “Toda a ciência é ligada às necessidades, à vida, à atividade do homem. Sem a atividade do homem, criadora de todos os valores,

## A NOTÍCIA E AS REFERÊNCIAS DE OBJETIVIDADE E INTERUBJETIVIDADE

inclusive os científicos, que seria a objetividade? Um caos, isto é, nada, o vazio” (GRAMSCI, 1978. p. 70).

Ao se contrapor à noção da determinação do marxismo economicista da estrutura sobre a superestrutura, a concepção de hegemonia de Gramsci, segundo Luciano Gruppi (1978, p. 75), “dá o máximo destaque ao momento ideológico, cultural, ao momento da intervenção crítica, ao sujeito revolucionário, ou seja, à consciência”.

É desse conceito de hegemonia que parte a crítica de Gramsci às deformações do marxismo, entendido como materialismo mecânico e vulgar, que explica mecanicamente tudo e reduz tudo à economia. A polêmica de Gramsci é voltada contra toda uma interpretação do marxismo, que deforma Marx em sentido positivista. Nessa interpretação, perde-se de vista o momento da luta política, da ação cultural, da influência das ideias, que já para Engels aparecia como a terceira frente de luta, ao lado da econômica e da política. O materialismo mecânico concebe o desenvolvimento social como rigorosamente determinado por causas objetivas, que não deixam espaço efetivo para o sujeito, para o partido, para a iniciativa política (GRUPPI, 1978, p. 75-76).

Assim, Gramsci (1978, p. 70) salienta que, “para a filosofia da práxis, o ser não pode ser separado do pensar, o homem da natureza, a atividade da matéria, o sujeito do objeto; se se faz esta separação, cai-se em uma das muitas formas de religião ou na abstração sem sentido”. Neste contexto, a perspectiva positivista do jornalismo objetivista resulta numa epistemologia que concebe a determinação completa da estrutura, do fato “real”, absoluto, com o seu conhecimento completo sobre a realidade do mundo independente do sujeito cognoscente, no caso o jornalista como agente e a sua capacidade de agir. Embora este seja o núcleo duro da epistemologia da ideologia do profissionalismo jornalístico, pode-se verificar uma certa ambiguidade e contradição, como de resto em todo o âmbito do significado, do conhecimento e do discurso, quando a versão monológica da ideologia dominante se desestabiliza e se impõe, através das concepções de imparcialidade, neutralidade, “*fairness*” e equilíbrio, a necessidade de fazer

Heitor Costa Lima da ROCHA

interagir interpretações díspares de múltiplas realidades/verdades como províncias de significado finito (CORREIA, 2005).

Neste sentido, Norman Fairclough (2001, p. 122) observa que

Hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em alianças com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcialmente e temporariamente, como um 'equilíbrio instável'. Hegemonia é a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento. Hegemonia é um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas.

Por isso, Fairclough vai chamar a atenção para o marco delimitador da luta hegemônica que são os "complexos ideológicos", estruturados e reestruturados, articulados e rearticulados, a partir de uma ordem do discurso que pode ser considerada "como faceta discursiva do equilíbrio contraditório e instável que constitui uma hegemonia", fazendo com que a ordem de discurso rearticulada seja contraditória: "elementos autoritários coexistem com elementos democráticos e igualitários e elementos patriarcais com elementos feministas", acrescentando que, "além disso, a rearticulação das ordens de discurso é obtida não apenas na prática discursiva produtiva, mas também na interpretação" (FAIRCLOUGH, 2001, p. 123-124).

O que está em jogo neste equilíbrio contraditório e instável, que configura um "cabo de guerra" entre fontes, jornalistas e público, é, segundo Herbert Gans (1979, p. 81), "o poder sobre a interpretação da realidade", concepção que evidencia a dimensão simbólica da democracia deliberativa, pois este poder pode ser exercido por todos os atores da discussão pública, muito embora sofra a influência privilegiada da organização empresarial dos veículos noticiosos.

## A NOTÍCIA E AS REFERÊNCIAS DE OBJETIVIDADE E INTERUBJETIVIDADE

Os cabos de guerra, no entanto, são resolvidos pelo poder; e é, entre outras coisas, "o exercício do poder sobre a interpretação da realidade". O poder é exercido por todos os participantes na transmissão de informações; está também em evidência dentro da organização noticiosa, que é hierarquicamente organizada. Mesmo os leitores e telespectadores têm algum poder, expresso pelo protesto e recusa em aceitar o que lêem e veem, razão pela qual os jornalistas costumam se preocupar com sua credibilidade (GANS, 1979, p. 82).

Neste sentido, apesar da margem de disputa pela interpretação da realidade a ser reconhecida como de transcendência social, as desigualdades estruturais são especialmente potencializadas pela hegemonia da epistemologia positivista da objetividade, com a noção estratégica da distinção entre fato e opinião, como referência imposta aos jornalistas na produção das notícias, acarretando um acentuado desempoderamento do jornalista e do público.

Para Gans, com a manutenção dos padrões de referência da objetividade e compromisso comercial incondicional com o lucro na produção das notícias, os jornalistas, enquanto não conquistarem outras maneiras de produzir suas notícias, continuarão com uma margem de manobra cada vez menor.

Notícias governamentais de cima para baixo têm muitas consequências problemáticas. Por um lado, reflete a perspectiva dos que estão no topo, que tendem a ver a massa da população como constituintes e sua sociedade como um mundo que eles conhecem principalmente por meio de suas capacidades oficiais e visitam principalmente em época de eleições. Além disso, os jornalistas respeitam suas fontes oficiais, relatando o que essas fontes lhes dizem. Eles podem ser críticos do que lhes é dito e das próprias fontes, mas as fontes geralmente têm a primeira palavra, colocando assim os críticos em uma posição reativa e inferior (GANS, 2003, p. 46).

As organizações políticas e econômicas poderosas, no entendimento de Gans (2003, p. 67), são boas em privar os cidadãos - assim como os jornalistas - de informações que podem reduzir seu próprio poder, o que

Heitor Costa Lima da ROCHA

implica a dificuldade dos profissionais para reorganizar a linha de montagem jornalística de modo a reduzir a ênfase nas notícias de cima para baixo e a divulgação dos poderosos. Por isso, ele defende que os veículos jornalísticos devem incluir nas notícias “mais opiniões. As opiniões são desejáveis quando jornalistas que fizeram muito trabalho braçal desenvolvem opiniões informadas, e essas devem ser compartilhadas com o público das notícias” (GANS, 2003, p. 100).

Assim, lamenta que a opinião jornalística seja reprimida, pois os jornalistas

(...) geralmente ainda são obrigados a excluir suas opiniões. Se eles pudessem injetar suas opiniões, eles poderiam aplicar seu julgamento pessoal em suas reportagens e análises, permitindo-lhes avaliar o que relataram. O resultado seria uma opinião informada, e se repórteres com diferentes perspectivas e valores fossem solicitados a fornecê-la, e suas diferenças fossem explicadas, o público noticioso se beneficiaria com a diversidade resultante (GANS, 2003, p. 100).

Segundo Gans (2003, p. 101), os jornalistas deveriam poder complementar histórias diretas com opinião para oferecer mais diversidade e pressionar “as organizações de notícias para corrigir os atuais desequilíbrios de raça, classe e outras características na lista de jornalistas.”

As diferenças de opinião são frequentemente o resultado de ver o mesmo fenômeno de várias perspectivas. A mesma observação se aplica às notícias, exigindo o que anteriormente chamei de notícias e mídia de notícias “multiperspectivas”. Idealmente, notícias multiperspectivas englobam fatos e opiniões refletindo todas as perspectivas possíveis. Na prática, significa dar lugar às notícias para pontos de vista não representados, fatos não relatados e partes da população não representadas ou raramente relatadas. Em outras palavras, as notícias multiperspectivas são o corretivo de baixo para cima para as perspectivas principalmente de cima para baixo da mídia de notícias (...). No entanto, embora o topo possa ser pequeno, não existe uma única perspectiva de baixo para cima. O país é composto de muitos fundos, ou públicos, cada um com sua própria concepção das formas adequadas de olhar o mundo, sobre o que são os fatos e quais fatos são relevantes para uma história ou assunto. A primeira prioridade, e agora uma



## A NOTÍCIA E AS REFERÊNCIAS DE OBJETIVIDADE E INTERUBJETIVIDADE

antiga, é eliminar os contínuos preconceitos raciais e de classe nas notícias, de forma que as minorias étnicas e raciais, bem como as pessoas de renda moderada e baixa, não sejam mais vistas pelas lentes dos brancos e estereótipos de elite ou denunciadas apenas quando dão as costas aos métodos tradicionais ou cometem crimes (GANS, 2003, p. 103).

Portanto, fica evidente como a epistemologia positivista da objetividade conspira para elaboração de enquadramento de notícias monológicas com a interpretação exclusiva da ideologia dominante sobre o fato como sendo a própria realidade, censurando a autonomia relativa dos jornalistas e a diversidade de versões sociais significativas, com certeza, fatores imprescindíveis para a vida democrática, conforme a concepção de Gans de “notícias multiperspectivas”.

Com este compromisso pluralista e democrático do construtivismo, pode-se vislumbrar um jornalismo de maior credibilidade e o empoderamento não só do jornalista, que reconquista toda a dimensão da importância de sua função social de articulação e mediação da discussão pública nas questões carentes de deliberação coletiva, bem como dos cidadãos que compõem o público, idealmente toda a sociedade, que passam a ter todas as suas versões significativas sobre a realidade consideradas na pauta noticiosa, especialmente as interpretações dos setores da periferia que se posicionam de forma contrafactual em relação aos enquadramentos da ideologia hegemônica dominante da estrutura de poder dos grupos que controlam o aparelho de estado e as corporações do mercado, defendidos pelo jornalismo tradicional orientado pela epistemologia positivista da objetividade.

### Referências

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Annablume, 2002.  
BARROS, Antonio; JUNQUEIRA, Rogério. **A elaboração do projeto de pesquisa**. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs). Métodos e técnicas

- de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, 2005.
- BREED, Warren. **Controle social na redação**: uma análise funcional. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teoria e "estórias"*. Florianópolis: Insular, 2016.
- CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do Jornalismo**: buscas práticas para uma Teoria da Ação Jornalística. São Paulo: Summus Editorial, 1994.
- CORREIA, João Carlos. *A teoria da comunicação de Alfred Schultz*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.
- DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2005.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Univesidade de Brasília, 2001.
- GANS, Herbert. **Deciding what's news**: a study of Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time. New York: Pantheon Books, 1979.
- GANS, Herbert. **Democracy and the news**. New York: Oxford University Press, 2003.
- GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- GUERRA, Josenildo. **O percurso interpretativo da notícia**. São Cristovão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.
- HABERMAS, Jurgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade (vol. 2). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- HABERMAS, Jurgen. **Teoría de la acción comunicativa**: complementos y estudios previos. Madrid: Ediciones Cátedra, 2001.
- HALL, Stuart; CHRITCCHER, Chas; JEFFESON, Tony. **A produção social das notícias**: o *mugging* nos mídia.
- MEDITSCH, Eduardo. **Gêneros de discurso, conhecimento, intersubjetividade, argumentação**: ferramentas para uma aproximação à fisiologia normal do jornalismo. X Encontro Anual da Associação dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Brasília/DF, 2001.
- PIAGET, Jean; GARCIA, Rolando. **Psicogênese e história das ciências**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- ROCHA, Heitor; ALVES, Anabela Gradim. **Autonomia do jornalista, ética e política editorial**: as implicações do enquadramento da notícia. *Revista Estudos em Jornalismo e Mídia – Universidade Federal de Santa Catarina*, vol. 17, janeiro-junho de 2020.
- ROCHA, Heitor; CORREIA, João Carlos. **Esferas públicas, intelectuais e mídia**: inclusão e exclusão social nas teorias da democracia. *Revista Eptic – Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura – Universidade Federal de Sergipe (UFS)*, vol, 19,

jan-abr, 2017.

SPONHOLZ, Liriam. **Jornalismo, conhecimento e objetividade**: além do espelho e das construções. Florianópolis: Insular, 2009.

SOLOSKI, John. **O jornalista e o profissionalismo**: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico. In: TRAQUINA, Nelson.

Jornalismo: questões, teoria e "estórias". Florianópolis: Insular, 2016.

TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teoria e "estórias"**.

Florianópolis: Insular, 2016.

TRAQUINA, Nelson. **Porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2005.

